

Empresa
Paraense de
Transmissão de
Energia S.A.

**Demonstrações contábeis
regulatórias**

31 de dezembro de 2017

Com Relatório dos Auditores
Independentes

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	8
Demonstrações do resultado	9
Demonstrações do resultado abrangente	10
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	11
Demonstrações dos fluxos de caixa	12
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	13



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500, Fax +55 (11) 3940-1501
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Acionistas e Diretores da
Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da resolução normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa



Paraense de Transmissão de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

- **Ativo Imobilizado**

Nota Explicativa n.º 3 e n.º 5 às Demonstrações Contábeis Regulatórias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia possui registrado no seu Balanço Patrimonial na rubrica ativo imobilizado o montante de R\$ 100.504 mil relativo aos seus ativos imobilizado líquido. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de transmissão. Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis regulatórias que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis regulatórias como um todo, consideramos esse assunto significativo em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Obtivemos o entendimento do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado. Avaliamos as políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e confrontamos os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado com os saldos contábeis. Adicionalmente, em base amostral, efetuamos o recálculo da depreciação do ativo imobilizado com base nas vidas úteis determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), confrontando o resultado do recálculo com os saldos contábeis. Obtivemos ainda a análise da Companhia sobre existência de indicadores de redução ao valor recuperável dos bens do ativo imobilizado, e, avaliamos se as informações utilizadas para essa avaliação eram razoáveis e consistentes. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis regulatórias tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.



Outros assuntos

A Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 26 de fevereiro de 2018.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e



internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de abril de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Anselmo Neves Macedo
Contador CRC 1SP160482/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2017	31/12/2016
Ativo			
<u>Ativo Circulante</u>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	6.621	7.970
Concessionárias e Permissionárias	4	5.059	9.749
Serviços em Curso		1.539	1.262
Tributos Compensáveis		1.329	1.320
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-
Outros Ativos Circulantes		2.979	2.787
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Concessionárias e Permissionárias	4	969	889
Tributos Compensáveis		14	14
Depósitos Judiciais e Cauções		30	1
Outros Ativos Não Circulantes		172	172
Participações Societárias Permanentes		50.461	47.200
Imobilizado	5.1	100.504	104.696
Intangível	5.2	650	827
Total do Ativo		<u>170.330</u>	<u>176.887</u>
Passivo			
<u>Passivo Circulante</u>			
Fornecedores		699	680
Debêntures	6.1	16.698	17.498
Obrigações Sociais e Trabalhistas		501	486
Tributos		8.565	7.009
Encargos Setoriais		3.210	3.313
Outros Passivos Circulantes		2.854	3.538
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Debêntures	6.1	28.394	44.598
Tributos Diferidos		824	824
Outros Passivos Não Circulantes		604	2.999
Total do Passivo		<u>62.349</u>	<u>80.945</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	7.1	111.482	105.252
Reservas de Lucros	7.2	(3.501)	(9.310)
Total do Patrimônio Líquido		<u>107.981</u>	<u>95.942</u>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		<u>170.330</u>	<u>176.887</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31/12/2017	31/12/2016
Operações em Continuidade			
Receita / Ingresso			
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	76.639	91.894
(-) Parcela Variável		(177)	-
Tributos			
PIS-PASEP		(497)	(597)
Cofins		(2.294)	(2.757)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(710)	(853)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.988)	(2.389)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(306)	(368)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		70.667	84.930
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		70.667	84.930
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e Administradores	9	(3.389)	(3.307)
Material		(132)	(115)
Serviços de Terceiros		(2.701)	(2.820)
Arrendamento e Aluguéis		(2.742)	(2.619)
Seguros		(24)	(22)
Doações, Contribuições e Subvenções		(410)	(451)
Tributos		(24)	(34)
Depreciação e Amortização		(4.396)	(4.373)
Outras Despesas Operacionais		-	(13)
Resultado da Atividade		56.849	71.176
Equivalência Patrimonial		5.842	4.310
Resultado Financeiro			
Despesas Financeiras		(6.011)	(11.912)
Receitas Financeiras		1.160	1.862
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		57.840	65.436
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(7.963)	(6.996)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		49.877	58.440
Resultado Líquido do Exercício		49.877	58.440
Atribuível Aos:			
Acionistas Controladores		49.877	58.440
Lucro Por Ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296	2,164444
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296	2,164444
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade			
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296	2,164444
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296	2,164444

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2017	31/12/2016
Resultado do Exercício	49.877	58.440
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Outros Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	-	-
Total de Resultados Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	49.877	58.440
Atribuível Aos:		
Acionistas Controladores	49.877	58.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucro	Lucros Acumulados	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2015	105.252	(28.857)	-	76.395
Incentivos Fiscais	-	6.230	(6.230)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(15.876)	-	(15.876)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	58.440	58.440
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(10.901)	(10.901)
Dividendos	-	(1.184)	(20.160)	(21.344)
Dividendos Adicionais Propostos	-	30.377	(21.149)	9.228
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	105.252	(9.310)	-	95.942
Aumento de Capital Social	6.230	(6.230)	-	-
Incentivos Fiscais	-	4.648	(4.648)	-
Dividendos Adicionais Aprovados	-	(10.652)	-	(10.652)
Lucro Líquido do Exercício	-	-	49.877	49.877
Destinação Proposta à A.G.O.:				
Reserva Legal	-	1.246	(1.246)	-
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	(11.134)	(11.134)
Dividendos	-	12.426	(28.478)	(16.052)
Dividendos Adicionais Propostos	-	4.371	(4.371)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	111.482	(3.501)	-	107.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do Exercício		49.877	58.440
Despesas (Receitas) que não afetam Caixa e Equivalentes de Caixa			
Amortização		187	152
Depreciação		4.209	4.222
Equivalência Patrimonial		(5.842)	(4.310)
Imposto de Renda e Contribuição Social		7.963	6.996
Juros e Variações Monetárias		5.903	11.730
Outros		-	6
		62.297	77.236
Redução (Aumento) de Ativos			
Concessionários		4.610	(922)
Depósitos Vinculados a Litígios		(29)	(1)
Imposto de Renda e Contribuição Social		(8)	277
Tributos Compensáveis		(1)	1
Outros		(364)	892
		4.208	247
Aumento (Redução) de Passivos			
Encargos Setoriais		(144)	(545)
Fornecedores Setoriais		19	101
Salários e Encargos Sociais		15	63
Tributos e Contribuição Social		406	(701)
Outros		(3.248)	(1.889)
		(2.952)	(2.971)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Encargos de Dívidas Pagos		(6.460)	(11.057)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos		(6.813)	(12.270)
		50.280	51.185
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aportes / Aumento de Capital em Controladas		-	(3.000)
Imobilizado	5.1	(18)	(70)
Intangível	5.2	(11)	(14)
Proventos Recebidos		2.473	2.668
		2.444	(416)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Debêntures Pagas		(16.235)	(21.282)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos Pagos		(37.838)	(46.785)
		(54.073)	(68.067)
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		(1.349)	(17.298)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício		7.970	25.268
No fim do exercício		6.621	7.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (a “Companhia” ou “ETEP”) está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

2 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014 e esclarecimentos prestados pela Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira - SFF da Aneel que confirmam a não obrigatoriedade de preparação das práticas de consolidação de controladas, e permitem o cálculo da equivalência patrimonial de investimentos com base nas suas demonstrações contábeis societárias, todavia, a Companhia realizou o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos com base nas demonstrações contábeis regulatórias.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações Contábeis Estatutárias Societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As diferenças estão demonstradas na nota explicativa nº 12, para melhor entendimento do leitor.

3 Principais Práticas Contábeis Regulatórias

Ativos financeiros: Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto as Concessionárias e permissionárias são classificadas como “Ativo financeiro pelo custo amortizado”.

Os ativos financeiros foram avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável ao final do exercício. Uma perda por redução ao valor recuperável é registrada quando houver evidência objetiva de perda após seu reconhecimento inicial.

Imobilizado em serviço: Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

Imobilizado em curso: Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os encargos financeiros incorridos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum ativo qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Intangível: Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a empréstimos, financiamentos e debêntures obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não possuía nenhum intangível qualificável elegível a capitalização dos encargos de dívidas.

Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

Passivos financeiros: A Companhia classifica fornecedores e debêntures como outros passivos financeiros, sendo estes reconhecidos e mensurados pelo custo amortizado.

Instrumentos financeiros - apresentação líquida: Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Provisões: Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

Provisões para contingências: As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

Tributação

Impostos sobre a receita

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%;

Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00%.

Imposto de renda e contribuição social:

- **Correntes**

O Imposto de renda e a Contribuição social da Companhia é calculado pelo regime de lucro real. A ETEP possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM pelo prazo de até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

- **Diferidos**

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

- **Reconhecimento da receita:** A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia.
- **Receita anual permitida (RAP):** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização, com base nos valores estabelecidos no Contrato de Concessão e Resoluções Homologatórias da ANEEL.
- **Receita de juros:** A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.
- **Resultado por ação:** A Companhia efetua os cálculos do resultado por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

4 Consumidores e Concessionárias e Permissionárias

Composição das Contas a Receber

DESCR IÇÃO - R\$ Mil	VALORES CORRENTES					TOTAL 2017	TOTAL 2016
	CORRENTE A VENCER	CORRENTE VENCIDA					
		Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	5.059	32	164	106	667	6.028	10.638
TOTAL	5.059	32	164	106	667	6.028	10.638

5 Imobilizado

5.1 A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	151.227	-	-	151.227	-	(59.190)	92.037	96.243
Máquinas e Equipamentos	150.934	-	-	150.934	-	(59.027)	91.907	96.083
Veículos	286	-	-	286	-	(157)	129	159
Móveis e Utensílios	7	-	-	7	-	(6)	1	1
Administração	137	-	-	137	-	(126)	11	15
Máquinas e Equipamentos	72	-	44	116	44	(116)	-	1
Móveis e Utensílios	65	-	(44)	21	(44)	(10)	11	14
Subtotal	151.364	-	-	151.364	-	(59.316)	92.048	96.258
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Transmissão	8.399	18	-	8.417	18	-	8.417	8.399
Máquinas e Equipamentos	931	14	57	1.002	71	-	1.002	931
Outros	7.468	4	(57)	7.415	(53)	-	7.415	7.468
Administração	39	-	-	39	-	-	39	39
Máquinas e Equipamentos	6	-	-	6	-	-	6	6
Outros	33	-	-	33	-	-	33	33
Subtotal	8.438	18	-	8.456	18	-	8.456	8.438
Total do Ativo Imobilizado	159.802	18	-	159.820	18	(59.316)	100.504	104.696

5.2 A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições (A)	Transferências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2017	Valor Líquido em 31/12/2016
Ativo Intangível em Serviço									
Transmissão	783	-	160	-	943	160	(615)	328	217
Servidões	199	-	-	-	199	-	-	199	199
Softwares	5	-	160	-	165	160	(37)	128	-
Outros	579	-	-	-	579	-	(578)	1	18
Administração	699	-	11	(3)	707	11	(460)	247	375
Softwares	530	-	11	(3)	538	11	(323)	215	311
Outros	169	-	-	-	169	-	(137)	32	64
Subtotal	1.482	-	171	(3)	1.650	171	(1.075)	575	592
Ativo Intangível em Curso									
Transmissão	219	11	(160)	-	70	(149)	-	70	219
Servidões	59	-	-	-	59	-	-	59	59
Softwares	-	11	-	-	11	11	-	11	-
Outros	160	-	(160)	-	-	(160)	-	-	160
Administração	16	-	(11)	-	5	(11)	-	5	16
Softwares	5	-	-	-	5	-	-	5	5
Outros	11	-	(11)	-	-	(11)	-	-	11
Subtotal	235	11	(171)	-	75	(160)	-	75	235
Total do Ativo Intangível	1.717	11	-	(3)	1.725	11	(1.075)	650	827

5.3 As taxas médias anuais de depreciação da Companhia são conforme segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2017		2016	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	2,80%	151.227	(59.190)	92.037	96.243
Custo Histórico	2,80%	151.227	(59.190)	92.037	96.243
Administração	16,83%	137	(126)	11	15
Custo Histórico	16,83%	137	(126)	11	15
		151.364	(59.316)	92.048	96.258
Em curso					
Transmissão	-	8.417	-	8.417	8.399
Administração	-	39	-	39	39
		8.456	-	8.456	8.438
		159.820	(59.316)	100.504	104.696

5.4 A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizados, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Total
Máquinas e Equipamentos	14	14
A Ratear	4	4
Total das Adições	18	18

5.5 As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL n°. 474 de 2012 são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Transmissão	
Condutor do sistema	2,70
Equipamento geral	6,25
Estrutura do sistema	2,70
Religadores	4,00

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n°. 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

5.6 As principais adições (pelo critério de valor) ao imobilizado e intangível em serviço no exercício foram:

Descrição do bem	em R\$ mil
1. SOFTWARE IN FORMA	160
2. MELHORIA RM - TOTVS	11

6 Empréstimos e Financiamentos

6.1 Abertura do Endividamento - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pgto Juros	Frequência Pgto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo			
																	2019	2020	Total	
2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	488	16.210	28.394	45.092													16.222	12.172	28.394
2.1	Debêntures Simples Banco Itau S.A. - 2ª Emissão	488	16.210	28.394	45.092	Sim	ago-14	Não há	CDI	109,75%	28/02/18	Trimestral	31/01/18	07/08/20	Trimestral	SAC		16.222	12.172	28.394
8	Total por Dívida	488	16.210	28.394	45.092													16.222	12.172	28.394
8.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	488	16.210	28.394	45.092													16.222	12.172	28.394

As cláusulas restritivas das debêntures da Companhia atualizadas pelo IGPM estão relacionadas à dívida líquida e em 31 de dezembro de 2017 atualizadas pelo IGPM estão no limite de R\$ 287.155 para a 2ª emissão de debêntures.

A Administração da Companhia mantém o acompanhamento de todas essas obrigações definidas em contrato. Em 31 de dezembro de 2017, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

6.2 Abertura dos Ativos Financeiros - R\$ Mil

LIN	INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Principal Curto Prazo	Saldo Total
9	Ativos Financeiros	6.621	6.621
9.1	Caixa e Aplicações Financeiras	6.621	6.621
9.1.1	Saldo Final de Caixa - Conta 111	28	28
9.1.2	Aplic. Financ. CDB	2.426	2.426
9.1.3	Aplic. Financ. Fundos DI	4.167	4.167

6.3 Composição do Endividamento e Dívida Líquida - R\$ Mil

LIN	RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2017	Total 2016
11	(+) Dívida Bruta	488	16.210	28.394	45.092	62.096
11.2	Financ. / Emprést. Moeda Nacional	488	16.210	28.394	45.092	62.096
12	(-) Ativos Financeiros	(6.621)	-	-	(6.621)	(7.970)
12.1	Alta Liquidez	(6.621)	-	-	(6.621)	(7.970)
13	(+) Dívida Líquida I	(6.133)	16.210	28.394	38.471	54.126
15	(+) Dívida Líquida II	(6.133)	16.210	28.394	38.471	54.126

7 Patrimônio Líquido

7.1 Capital Social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 111.482, representado por 27.000.000 ações ordinárias e por 18.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

Acionistas	Número de ações em milhares					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
ALUPAR Investimento S.A.	13.505	50,02	9.002	50,01	22.507	50,02
Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A.	13.495	49,98	8.998	49,99	22.493	49,98
	27.000	100,00	18.000	100,00	45.000	100,00

7.2 Reservas de lucros

	31/12/2017	31/12/2016
Reserva legal	22.296	21.050
Reserva especial para incentivos fiscais	4.648	6.230
Outras	(30.445)	(36.590)
	(3.501)	(9.310)

Reserva legal: A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Outras: Refere-se ao montante do lucro apurado com base nas práticas contábeis internacionais introduzidas pela Lei nº 11.638/07, superior ao lucro apurado com base nas práticas contábeis anteriores à referida lei.

8 Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	R\$ Mil	
	31/12/2017	31/12/2016
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado	76.639	91.894
Total	76.639	91.894

9 Pessoal e Administradores

Pessoal e Administradores	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	2.718	2.696
Remuneração	1.543	1.505
Encargos	532	506
Previdência privada	12	45
Assistência médica	166	152
Despesas rescisórias	21	4
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	280	286
Outros	164	198
Administradores	671	611
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	507	448
Benefícios dos administradores	164	163
Total	3.389	3.307

10 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	57.840	65.436
Juros sobre Capital Próprio	(11.134)	(10.901)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados à alíquota nominal	18.990	18.542
Efeitos fiscais sobre:		
Equivalência Patrimonial	(1.986)	(1.465)
Despesas e Provisões Indedutíveis	157	214
Depreciação	(1.495)	(1.487)
Receitas Regulatórias	(6.902)	(7.180)
Materiais	(10)	(26)
Constituição de passivo (ativo) tributário diferido	(406)	(1.181)
Lei Rouanet/ Esporte/ FIA	(361)	(397)
Outros	(24)	(24)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	7.963	6.996
Taxa Efetiva	13,77%	10,69%

11 Demonstrações do Resultado do Exercício segregado por atividade

A Companhia é administrada como única operação, ou seja, que gera um único fluxo de caixa independente, uma vez que suas receitas operacionais decorrem substancialmente da atividade de transmissão de energia elétrica. Sendo assim, a Administração da Companhia não utiliza informações segregadas por atividade para analisar seu desempenho operacional e financeiro.

12 Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

	<u>Notas</u>	31/12/2017			31/12/2016		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Ativo							
<u>Ativo Circulante</u>							
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.2	6.621	-	6.621	7.970	-	7.970
Concessionárias e Permissionárias	4	5.059	(5.059)	-	9.749	(9.749)	-
Serviços em Curso		1.539	-	1.539	1.262	-	1.262
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	55.359	55.359	-	83.062	83.062
Tributos Compensáveis		1.329	-	1.329	1.320	-	1.320
Despesas Pagas Antecipadamente		3	-	3	-	-	-
Outros Ativos Circulantes		2.979	-	2.979	2.787	-	2.787
<u>Ativo Não Circulante</u>							
Concessionárias e Permissionárias	4	969	(969)	-	889	(889)	-
Tributos Compensáveis		14	-	14	14	-	14
Depósitos Judiciais e Cauções		30	-	30	1	-	1
Contas a Receber Ativo Financeiro		-	87.008	87.008	-	81.124	81.124
Outros Ativos Não Circulantes		172	1.863	2.035	172	1.863	2.035
Participações Societárias Permanentes		50.461	34.653	85.114	47.200	29.628	76.828
Imobilizado	5.1	100.504	(100.453)	51	104.696	(104.642)	54
Intangível	5.2	650	(398)	252	827	(437)	390
Total do Ativo		170.330	72.004	242.334	176.887	79.960	256.847

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016

	Notas	31/12/2017			31/12/2016		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
<u>Passivo Circulante</u>							
Fornecedores		699	-	699	680	-	680
Debêntures	6.1	16.698	-	16.698	17.498	-	17.498
Obrigações Sociais e Trabalhistas		501	-	501	486	-	486
Tributos		8.565	-	8.565	7.009	-	7.009
Encargos Setoriais		3.210	-	3.210	3.313	-	3.313
Outros Passivos Circulantes		2.854	(2.820)	34	3.538	(3.520)	18
<u>Passivo Não Circulante</u>							
Debêntures	6.1	28.394	-	28.394	44.598	-	44.598
Tributos Diferidos		824	14.894	15.718	824	17.673	18.497
Outros Passivos Não Circulantes		604	(604)	-	2.999	(2.999)	-
Total do Passivo		62.349	11.470	73.819	80.945	11.154	92.099
Patrimônio Líquido							
Capital Social	7.1	111.482	-	111.482	105.252	-	105.252
Reservas de Lucros	7.2	(3.501)	60.534	57.033	(9.310)	68.806	59.496
Total do Patrimônio Líquido		107.981	60.534	168.515	95.942	68.806	164.748
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		170.330	72.004	242.334	176.887	79.960	256.847

Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A.
Demonstrações Contábeis Regulatórias
31 de dezembro de 2017 e 2016

Notas	31/12/2017			31/12/2016			
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário	
Operações em Continuidade							
Receita / Ingresso							
Disponibilização do Sistema de Transmissão e Distribuição	8	76.639	(76.639)	-	91.894	(91.894)	-
Receita de Operação e Manutenção		-	9.522	9.522	-	9.517	9.517
Receita de Remuneração dos Ativos da Concessão		-	46.816	46.816	-	61.258	61.258
(-) Parcela Variável	9	(177)	-	(177)	-	-	-
Tributos							
PIS-PASEP		(497)	-	(497)	(597)	-	(597)
Cofins		(2.294)	-	(2.294)	(2.757)	-	(2.757)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(710)	-	(710)	(853)	-	(853)
Reserva Global de Reversão - RGR		(1.988)	-	(1.988)	(2.389)	-	(2.389)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE		(306)	-	(306)	(368)	-	(368)
Receita Líquida / Ingresso Líquido		70.667	(20.301)	50.366	84.930	(21.119)	63.811
Resultado Antes dos Custos Gerenciáveis		70.667	(20.301)	50.366	84.930	(21.119)	63.811
Custos Gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e Administradores	9	(3.389)	-	(3.389)	(3.307)	-	(3.307)
Material		(132)	(30)	(162)	(115)	(75)	(190)
Serviços de Terceiros		(2.701)	-	(2.701)	(2.820)	-	(2.820)
Arrendamento e Aluguéis		(2.742)	-	(2.742)	(2.619)	-	(2.619)
Seguros		(24)	-	(24)	(22)	-	(22)
Doações, Contribuições e Subvenções		(410)	-	(410)	(451)	-	(451)
Tributos		(24)	-	(24)	(34)	-	(34)
Depreciação e Amortização		(4.396)	4.255	(141)	(4.373)	4.224	(149)
Outras Despesas Operacionais		-	-	-	(13)	-	(13)
Resultado da Atividade		56.849	(16.076)	40.773	71.176	(16.970)	54.206
Equivalência Patrimonial		5.842	5.025	10.867	4.310	6.103	10.413
Resultado Financeiro							
Despesas Financeiras		(6.011)	-	(6.011)	(11.912)	-	(11.912)
Receitas Financeiras		1.160	-	1.160	1.862	-	1.862
Resultado Antes dos Impostos Sobre o Lucro		57.840	(11.051)	46.789	65.436	(10.867)	54.569
Despesa com Impostos sobre o Lucro	10	(7.963)	2.779	(5.184)	(6.996)	1.554	(5.442)
Resultado Líquido das Operações em Continuidade		49.877	(8.272)	41.605	58.440	(9.313)	49.127
Resultado Líquido do Exercício							
Atribuível Aos:							
Acionistas Controladores		49.877	(8.272)	41.605	58.440	(9.313)	49.127
Lucro Por Ação							
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296		1,540926	2,164444		1,819519
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296		1,540926	2,164444		1,819519
Lucro por Ação Originado das Operações em Continuidade							
Básico - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296		1,540926	2,164444		1,819519
Diluído - Lucro de Operações Continuadas Atribuíveis a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		1,847296		1,540926	2,164444		1,819519

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória.

12.1 Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), a infraestrutura implantada no âmbito dos contratos de concessão não reconhecida como ativo fixo ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecida de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura abrangida pela concessão, implicando-se assim na utilização do modelo de ativo financeiro.

12.1.1 No modelo de ativo financeiro as receitas são segregadas da seguinte forma:

12.1.1.1 Receita de implantação de infraestrutura: A Companhia abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12) registra a implantação de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Durante a fase de implantação, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos devem cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período. Consequentemente, a Companhia não identificou nenhuma margem de lucro líquido nessa fase.

12.1.1.2 Receitas de remuneração dos ativos da concessão: Corresponde à remuneração do investimento na implantação de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

12.1.1.3 Receitas de operação e manutenção: Após a fase de implantação de infraestrutura inicia-se a fase de operação e manutenção, na qual essa receita é reconhecida pelo valor justo de maneira suficiente para cobrir e os respectivos custos.

12.1.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Os ajustes são decorrentes substancialmente do reconhecimento das receitas financeiras e de construção oriundos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 - contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

12.2 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Saldo do patrimônio líquido conforme contabilidade societária	168.515	164.748
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(75.428)	(86.479)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	14.894	17.673
Saldo do patrimônio líquido contabilidade regulatória	107.981	95.942

12.3 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

	31/12/2017	31/12/2016
Lucro (prejuízo) líquido conforme contabilidade societária	41.605	49.127
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	11.051	10.867
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis	(2.779)	(1.554)
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	49.877	58.440